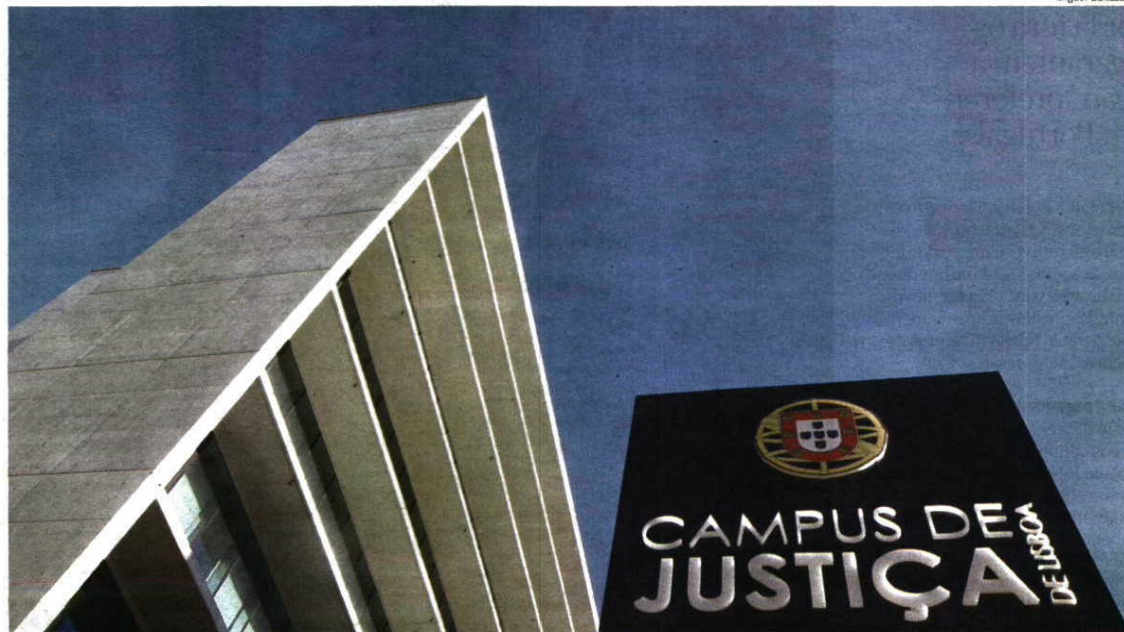




SOCIEDADES

Advogados querem mais verbas no OE para a reforma da Justiça



Miguel Baltazar

Novo mapa judiciário | Para a efectiva implementação do novo mapa judiciário, já anunciado pelo Governo, é preciso haver, no mínimo, realocação de verbas.

Reafecção de magistrados e funcionários, e formação de operadores judiciários são algumas das propostas, bem como o fim das pendências através de incentivos

**MARLENE CARRIÇO
JOÃO MALTEZ**

Mais verbas ou realocação das mesmas. É isto que os advogados esperam ver inscrito no Orçamento do Estado, de modo a que seja possível avançar com a reforma da Justiça.

“Reafecção de magistrados e funcionários judiciais, bem como de instalações, em cumprimento da reforma do mapa judiciário anunciada pelo governo, com os consequentes reflexos no orçamento do Ministério da Justiça” e “abertura de concurso para administradores de insolvência competentes e consequente reforço das verbas para o efeito” é o que deve constar do Orçamento para 2013 na área da Justiça, na opinião de Nuno Líbano Monteiro, sócio coordenador da Área de Prática de Reestruturações e Insolvência da PLMJ.

Miguel Esperança Pina, sócio da CGP, também defende o “reforço das verbas destinadas à formação dos agentes judiciais”. Já Luís Filipe Carvalho, sócio da ABBC, acei-

ta a manutenção da actual dotação do Ministério da Justiça, mas inscreveria no Orçamento, caso pudesse, “a criação de dotação orçamental especificamente afectada à reestruturação informática da área do judiciário”, bem como para a “formação e progressão dos operadores judiciais”.

E com vista à “efectiva implementação da reforma do mapa judiciário”, também o sócio da Miranda Samuel Fernandes Almeida defende a “realocação de recursos financeiros”.

Sem fazer referência à dotação, Paulo Farinha Alves, sócio da PLMJ, frisa a necessidade de realocar alguns funcionários públicos, “afectando-os a alguns tribunais”, como as “varas criminais e Tribunal do Comércio”.

Introdução de mecanismos para reduzir pendências

O combate ao elevado número de pendências nos tribunais – aquele que é um dos principais problemas da Justiça em Portugal – deve tam-

bém estar contemplado neste Orçamento do Estado. E aqui os advogados sugerem diferentes soluções.

Fernando Aguilar de Carvalho, sócio da Uría Menéndez-Proença de Carvalho, recorreria, “se necessário, a incentivos financeiros específicos e transitórios” e também a um “regime de excepção transitório de isenção de custas para processos que terminem por transacção”.

José Carlos Soares Machado, sócio da Rebelo de Sousa, defende antes a criação de “um órgão central fiscalizador do cumprimento dos prazos judiciais pelos operadores judiciais” com um sistema de incentivos e penalizações.

A “harmonização do sistema de contencioso tributário à reforma do contencioso administrativo e simplificação do contencioso tributário” é um dos instrumentos sugeridos pelo advogado Samuel Fernandes Almeida para dar vazão aos processos de natureza fiscal.

Alguns dos advogados defendem também o reforço da aposta na resolução alternativa de conflitos.

**[Defendo]
a reafecção
de magistrados
e funcionários
judiciais, bem
como de
instalações,
com os
consequentes
reflexos no
orçamento
do Ministério
da Justiça.**

NUNO LÍBANO MONTEIRO
Sócio coordenador da Área de Prática de Reestruturações e Insolvência da PLMJ

O QUE DIZEM OS JURISTAS

Os advogados defendem o reforço das verbas na Justiça para avançar com a efectiva implementação do novo mapa judiciário, e criação de instrumentos para promover a celeridade e acabar com o problema das pendências.



Nuno Líbano Monteiro, da PLMJ, defende a “reafecção de magistrados e funcionários”.



Miguel Pina, sócio da CGP, pede “reforço das verbas destinadas à formação de agentes”.



Samuel Fernandes da Miranda, defende instrumentos para reduzir pendências.



Fernando de Carvalho, da Uría, sugere um sistema de incentivos para reduzir pendências.



Soares Machado, da SRS, quer criação de um órgão para tornar Justiça mais célere.



Luís Filipe Carvalho, sócio da ABBC, defende dotações específicas para formação.



Advogados querem
mais verbas no OE
para a reforma
da Justiça **Lex 31**